FUNCIONARIO PÚBLICO – MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

– Não se aplicam aos conselheiros do Conselho Nacional de Economia o disposto na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e no art. 180 da Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. Nº 7.545-65

Presidência da República. Consultoria-Geral da República. E.M. nº 275-H, de 26 de novembro de 1965. "Aprovo. Em 2-12-65." (Fuc. ao Cons. Nac. Economia, em 13-12-65).

*

PARECER

Consulta o Conselho Nacional de Economia sobre se são aplicáveis a seus Conselheiros, as disposições do artigo 180 e § § da Lei nº 1.711-52, bem como as da Lei nº 1.741-52.

2. O DASP já se manifestou pela negativa através de pareceres do Diretor da Divisão do Regime Jurídico do Pessoal e da Consultoria Jurídica.

3. Os textos legais invocados são:

a) os que asseguram ao funcionário, com mais de 35 anos de serviço público, aposentadoria com as vantagens da comissão ou função gratificada, atendidas determinadas condições (art. 180 e § §, Lei 1.711);

b) os que garantem ao ocupante de cargo em caráter permanente e de provimento em comissão, quando afastado dele depois de mais de 10 anos de exercício ininterrupto, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo até ser aproveitado em outro equivalente (Lei nº 1.741).

4. Prestando informações solicitadas pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, relativas ao mandado de segurança 13.010, tive a oportunidade de argumentar:

“O cargo de provimento em comissão, de direção ou chefia, criado por lei, com remuneração fixada pela lei (Símbolo C), de livre nomeação e exoneração *ad nutum*, regido pela legislação geral — que é o que trata a Lei nº 1.741 — não se confunde com o mandato por tempo certo...

O fato de que em ambos, os ocupantes serem exonerados *ad nutum*, não significa que se equivalem, sobretudo para se estenderem vantagens de lei de favor — de

interpretação restrita, como sói acontecer com a de nº 1.741, tantas vêzes aludida”.

5. O argumento é válido também com relação ao art. 180 e seus parágrafos, da Lei nº 1.711-52.

Nestas condições, também respondo à Consulta negativamente.

Sub censura.

Brasília, 26 de novembro de 1965. —
Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República.